



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de abertura do
seminário "Balanço do primeiro ano do
Fundef – Fundo de Manutenção e
Desenvolvimento do Ensino Fundamental e
de Valorização do Magistério"*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE MARÇO DE 1999

Senhor Vice-Presidente, Doutor Marco Maciel; Senhor Ministro Paulo Renato; Senhores Senadores Lúcio Alcântara e José Jorge; Senhores Parlamentares; Doutor Barjas Negri, que foi inspirador desse programa; Senhora Secretária da Educação Fundamental, Dona Iara Prado; Senhores Professores; Educadores; Senhoras e Senhores,

Se há alguma coisa de que o Brasil pode, hoje, estar contente e motivado é o fato de nós estarmos promovendo, como tenho dito, reiteradamente, uma verdadeira revolução silenciosa na educação.

Essa revolução silenciosa começa a fazer barulho. Os resultados começam a aparecer e nós estamos apenas no primeiro ano do Fundef. Não é só o Fundef. O Fundef é o esteio dessa transformação do Brasil, mas o Ministério da Educação alterou, inovou, implementou muitas práticas educacionais de modo que hoje se pode, com tranquilidade, dizer que estamos avançando em matéria de ensino no Brasil. Isso se deve à liderança do Ministro Paulo Renato, se deve a um conjunto de colaboradores excepcionais que ele conseguiu juntar no Ministério da Educação. Mas se deve, também, à motivação dos

professores, dos diretores de escola, dos secretários de educação por esse Brasil afora.

Digo reiteradamente que é importante que se viaje pelo Brasil, para se conhecer o País. Não adianta só ficar escrevendo, discutindo, apresentando projetos sem conhecer a realidade brasileira. Ela tem aspectos dramáticos, terríveis. Mas ela tem, também, lados que mostram que este país tem dinamismo, que esse país avança e vai continuar avançando.

No caso do Fundef, temos um exemplo excepcional do que é uma política pública inovadora e de quais são as conseqüências dessa política naquilo que é o ponto mais delicado da questão social do Brasil, que é a redistribuição de renda e de recursos. Redistribuição que encontra sempre obstáculos. Não é só a redistribuição em termos de pessoas ou de classes sociais. Também a redistribuição entre áreas geográficas, entre níveis da administração.

Os mais ricos jamais se contentam ou gostam de perder recursos para os mais pobres. E, na verdade, se se quiser, realmente, buscar a equidade, é preciso fazer isso. É claro que o ideal é que ninguém perca. É claro que o ideal é que possa haver uma taxa de aceleração do desenvolvimento e de recursos à disposição do setor público, que permita haver uma redistribuição sem que haja, de imediato, um sentimento: "Meu Deus, estou perdendo". Mas é o ideal, não é a realidade. Na realidade brasileira, é preciso que haja o que o Fundef fez.

O Ministro Paulo Renato fez bem em ressaltar que o Governo Federal só entrou com o dinheiro. Mais importante do que o dinheiro, foram a motivação, a lei, o ensinamento, enfim, um conjunto de medidas práticas de política educacional. Mas aqui o Governo Federal entrou dando recursos para permitir melhor distribuição dentro dos Estados.

Sei que muitos Governadores reclamam. Mas, quando reclamam, é porque estão vendo apenas um setor da administração. Não estão vendo o seu povo. Porque se olhassem para o seu povo, veriam que o povo está ganhando. E a gente não governa para a União, ou para o Estado, ou para o município. A gente governa para o povo. Temos que olhar se o povo está ganhando.

Aqui, os exemplos são eloquentes. Mesmo no Rio de Janeiro ou no Maranhão, onde os estados “perdem”, o povo ganha. Houve uma melhoria efetiva nas condições de aprendizado e de salário dos professores dessas regiões. Há uma redistribuição, é certo, entre os níveis da administração pública. A União – repito – entra para compensar alguma coisa, mas o critério não pode ser se o estado, a União ou o município estão ganhando. Esse critério é burocrático, é errado ou, então, é político, é mesquinho. Não, não. O critério é saber qual é o efeito sobre a população.

O Fundef é, inequivocamente, uma prova de que políticas públicas bem organizadas permitem a melhoria da distribuição de renda. E me apraz, sobretudo estando aqui, ao lado do Vice-Presidente Marco Maciel – que é um batalhador pela região – ver que a região que mais ganha é o Nordeste. Tem que ser, porque é a região onde há mais dificuldades. E essa transformação, no modo de vida concreto do professor, do diretor da escola, do aluno, do pai do aluno nas regiões mais pobres é essencial. Agora, não existe milagre em políticas públicas. Isso vai se acrescentando de ano a ano. O Fundef tem uma programação de dez anos.

O Brasil, em dez anos, nessa área, será outro. Nós estamos vendo o efeito de um ano. É claro que as Cassandras de sempre vão pegar um dado aqui e ali para dizer: “Ah, mas em 99 não vai crescer, tem a crise, a inflação”. Deixem a inflação conosco. Vamos combatê-la. Estamos combatendo. Já está dando resultado, para decepção das Cassandras. E os recursos públicos, para o que é essencial na assistência à população, não vão faltar. Agora, há muito recurso público desperdiçado.

É claro que quando se tem um Fundef, que aumenta a possibilidade do próprio prefeito comprar ônibus ou qualquer transporte escolar, não é preciso que a verba de transporte escolar, do Ministério da Educação, aumente. Pode até diminuir. Não sei, estou falando em abstrato. Ela pode estar diminuindo no orçamento, aparentemente, porque foi compensada pela ação de outro programa. O objetivo de um governo não é gastar. É atender a população, gastar bem.

Então, é natural que haja acomodações no processo de um ano para outro. Toda gente sabe que 99 é um ano difícil, mas não vai

afetar esses programas. Não vai afetar aquilo que é essencial para o atendimento da população.

Devemos estar prevenidos quanto ao escândalo de se pegar um dado isolado e transformar isso num brado de alerta. É até bom que haja brados de alerta. Mas é preciso que não haja desestímulo constante e essa imagem de que o País não é capaz de sair do círculo de giz do atraso e da sua incapacidade de avançar. Não é verdadeiro este círculo de giz. Não estamos num círculo de giz. Estamos avançando. Estamos melhorando.

O dado foi dito de raspão pelo Ministro, agora – mas já é sabido. Nós temos 96% das crianças em idade escolar na escola. É um dado alentador. Os dados relativos à qualificação do professorado também são alentadores. E o fato de que esteja existindo, efetivamente, uma melhoria no salário do professor, em termos reais – por isso perguntei se estava descontada a inflação – é alentador também. O resultado está aí nos depoimentos. Certamente, num ou noutro lugar haverá professores ruins, gente que vai dizer que está mal paga. Estão sempre mal pagos, meu Deus. Quem que não vai reclamar sempre e querer mais? Tomara que se possa pagar mais e que se continue reclamando para receber mais. Temos que sentir o processo. E o processo é de avanço.

Só queria dizer, ao felicitar aqueles que estão envolvidos diretamente nesse programa – já mencionei quais são – é uma população imensa. São milhões de professores também aí envolvidos, existe essa motivação tão grande no professorado brasileiro – só queria dizer que me sinto feliz, repetindo o que disse o Ministro, porque aprendi com pessoas, como Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, Lourenço Filho (Lourenço não foi meu professor, os outros foram) com os quais trabalhei, que a questão básica no Brasil era o ensino primário. É a educação fundamental. Darcy Ribeiro foi um lutador nessa direção. Sempre se falou isso, nunca se fez. Nós estamos fazendo. Digam o que disserem, estamos fazendo. Vamos continuar fazendo. E o Brasil vai melhorar e vai mudar para melhor.

Muito obrigado.